

Concessão de crédito com consignação em folha de pagamento

Governo joga trabalhadores nas garras do capital financeiro

Com toda pompa e circunstância o presidente de plantão, sr. Luiz Inácio, em solenidade realizada no Palácio do Planalto, dia 17 de setembro último, assinou uma medida provisória estabelecendo o “Programa de Crédito com Consignação em Folha de Pagamento”. O programa estabelece que as prestações dos empréstimos bancários para os trabalhadores da “iniciativa privada”, que possuem registro em carteira, serão descontadas, **de forma irrevogável e irretroatável**, diretamente na folha de pagamento. Segundo o presidente-pelego da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, que também participou da solenidade, existirão três modalidades de empréstimos com desconto em contra-cheque para os trabalhadores. A primeira possibilitará ao trabalhador fazer a negociação direta com o banco; a outra permitirá à empresa propor empréstimo ao trabalhador, com o aval dos sindicatos; e a terceira será proposta diretamente pelo sindicato, por meio de negociações da categoria. Segundo Marinho, isso irá forçar ainda mais a redução do custo do dinheiro. Marinho também disse esperar que a taxa de cheque especial por exemplo hoje entre 6 e 10% ao mês caia para algo próximo a 3% ao mês. Para ele tudo vai depender das negociações. “Uma categoria onde a folha de pagamentos tem grande volume de recursos e um número grande de empregados vai proporcionar uma negociação de taxas menores, evidentemente”.

A medida provisória não estipula a taxa de juros que deverá ser cobrada nem o prazo máximo para os financiamentos, mas é taxativa em estipular que uma vez dada a autorização do trabalhador para o desconto em seu salário, ela não pode ser anulada nem retratada. O comprometimento mensal da renda do trabalhador será de 30% do salário, já descontadas as contribuições obrigatórias como a previdenciária e o imposto de Renda. Ou seja, o governo garante o recebimento de seus encargos, não põem nenhum freio a sede de lucros do capital financeiro e deixa os trabalhadores completamente a mercê dos banqueiros e pelegos, a maioria desses ocupantes de altos cargos no governo.

O presidente Luiz Inácio considerou o novo crédito como um marco nas relações trabalhistas e revelou que a medida foi um consenso entre governo e sindicalistas. Classificou-a como uma “troca de ação entre parceiros” e recomendou aos sindicalistas que “joguem duro” para obter taxas de juros menores. - “Isso aqui não é nenhum favor do governo, da Febraban nem de ninguém. É uma troca esperta, inteligente e oportuna” - assinalou. Lula observou ainda que o risco das instituições financeiras nesse tipo de operação será zero, já que a garantia será o salário do trabalhador. Após essas descaradas declarações do pelego presidente à imprensa, que ainda disse que considerava o salário como “a coisa mais sagrada” do empregado; o presidente da Federação Brasileira das Associações dos Bancos (Febraban), sr. Gabriel Jorge Ferreira, disse entusiasmado que os bancos iriam começar, já a partir daquela data, a “brigar” entre si para ofertar o crédito em consignação aos trabalhadores.

O presidente Luiz Inácio ainda deu um recado aos bancos. Lula afirmou que irá aumentar as possibilidades de a população de baixa e média renda conseguir acesso ao crédito. "Por favor, mantenham o caixa aberto que nós vamos precisar de muito dinheiro nesse país", disse. Segundo Lula, é preciso encontrar formas de colocar dinheiro em circulação no Brasil, ainda que o valor não seja o suficiente para que o país retome o crescimento econômico, da forma como o governo gostaria. "Se a gente não consegue pegar sempre o peixe grande que a gente quer pegar, eu acho que é possível fazer uma grande somatória de peixes menores, fazer uma caldeirada e comer uma boa peixada. Se você não tem o dinheiro para o investimento que um país como o Brasil precisa para que o país volte a crescer com a rapidez que todos nós queremos, é preciso a gente se mexer para encontrar formas de colocar dinheiro em circulação", afirmou. Uma das formas aumentar o montante de dinheiro em circulação, considera o pelego-presidente, é com o empréstimo bancário com desconto em folha.

Ele ressaltou a importância da medida para reduzir os juros dos empréstimos bancários, alegando que irá possibilitar o acesso do trabalhador a crédito e será “uma forma de combate à agiotagem”. "Vocês

estão oferecendo ao sistema financeiro o que o trabalhador tem de mais sagrado que é o seu salário no final do mês. O banco vai ter a certeza que, ao estar financiando um trabalhador que tem carteira assinada, que recebe o salário no final do mês, irá receber. O desconto pode ser pactuado entre sindicato e empresa, o risco para o banco é zero", disse. Devido ao risco zero para os banqueiros, governo/pelegos acalentam a expectativa que a taxa de juros cobrada pelos bancos para esse tipo de empréstimo seja inferior à do mercado. A definição do valor, avaliam que deverá ficar entre 2% e 4% ao mês (esse patamar já seria altíssimo, mais que dobrando o valor inicial do empréstimo), e será negociada entre sindicatos e bancos. "O movimento sindical precisa jogar duro para que haja acordo em que os juros sejam compatíveis com a necessidade que o trabalhador tem, principalmente aquele que ganha renda média", ressaltou Lula. É muito esclarecedora esta declaração do sr. Luiz Inácio de que o dinheiro do fundo de garantia e do Fundo de Amparo ao Trabalhador raramente ajuda o trabalhador enquanto ele ainda está na ativa. O pelego-presidente disse estar disposto a discutir com os trabalhadores formas de fazer com que esse dinheiro fique disponível em forma de crédito. "O governo está disposto a discutir esses e outros assuntos para ver se a gente consegue fazer uma espécie de rapa no caixa para que todo o dinheiro que você tenha possa estar disponibilizado para que as pessoas possam ter um crédito", afirmou. A ênfase a esse "rapa no caixa" vai totalmente de encontro aos ditames do Banco Mundial que, em relatório intitulado "Empregos no Brasil", em execução conjunta com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), cuja primeira parte foi publicada no final do governo FHC, em 1º de novembro, determina o redirecionamento do FGTS e o fim de vários direitos trabalhistas. O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que também participou da solenidade, disse que "já passou da hora" das pessoas pararem de reclamar dos juros altos e que o momento é de negociar as maneiras de se construir o desenvolvimento que o Brasil precisa. O ministro afirmou que a medida provisória assinada pelo presidente abre espaço para essas negociações. "A medida não é um decreto do governo regulamentando juros, mas sim uma autorização legal para que empresas, sindicatos e bancos possam negociar taxas mais baixas", afirmou Palocci.

E a "troca esperta, inteligente e oportuna" assinalada por Lula, fica evidente quando na tarde do mesmo dia 17, os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Trabalho, Jaques Wagner (ex-presidente da CUT-Bahia), anunciaram uma linha de financiamento de R\$ 200 milhões para a compra de eletrodomésticos da linha branca (geladeira, fogão e máquina de lavar) e televisores. Os recursos para esse crédito para compra de eletrodomésticos saíram do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dinheiro inicialmente previsto para pagamento do seguro-desemprego. Isso também se enquadra dentro das determinações do Banco Mundial, contidas no citado documento, de "redirecionar o seguro-desemprego", isto é, acabar com essa já precária proteção ao trabalhador. Com uma canetada e desviando recursos das áreas sociais, o governo Lula-FMI injeta mais dinheiro nos bancos e monopólios que dominam o país. Mas essa abjeta sujeição aos ditames do Banco Mundial não é novidade em um governo que servilmente obedece todas as ordens emanadas do FMI e demais agências imperialistas. Nas viagens internacionais, seja na OMC (Organização Mundial do Comércio), em Wasghinton, Cuba, Europa, logo após a completa submissão submissão aos bancos e monopólios internacionais, se destaca a defesa dos interesses comerciais da Sadia, dos produtos agrícolas in natura e demais interesses comerciais dos membros do 1º escalão do governo. Fica mais uma vez confirmada a genial análise do grande dirigente da classe operária, Karl Marx, que já em 1848, no famoso Manifesto do Partido Comunista, assinalava que "o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa".

Os principais pontos da medida provisória são:

- 1 - Os empregados de empresas ficam autorizados a contratar empréstimos, financiamentos e arrendamentos com o desconto das prestações em folha de pagamento;
- 2 - Os empregadores ficam obrigados a prestar as informações necessárias à contratação, e a efetuar os descontos autorizados pelos empregados e repassar o dinheiro às instituições consignatárias;
- 3 - O empregador não é responsável pela dívida do empregado, mas sim pelo repasse à instituição financeira dos valores descontados mediante autorização;
- 4 - É fixado o limite de 30% da remuneração disponível para a soma dos descontos de prestações autorizáveis pelo empregado;
- 5 - Para prevenir o endividamento excessivo, há um segundo limite de 40% da remuneração disponível para o total de consignações voluntárias na folha;
- 6 - Tanto as empresas quanto os sindicatos e centrais sindicais poderão fazer acordos com instituições financeiras para a concessão de financiamento;

7 - O empregador poderá descontar no salário do empregado os custos de alteração de suas rotinas e as tarifas bancárias geradas pelas operações. Quando o sindicato fizer acordo com instituições financeiras, os custos a serem cobrados pelo empregador deverão ser negociados com o sindicato.

8 - Os contratos deverão prever cláusulas aplicáveis em caso de demissão do empregado ou de entrada em auxílio-doença;

9 - Poderá ser prevista nos contratos a vinculação de até trinta por cento das verbas rescisórias devidas pelo empregador ao empregado em caso de demissão, com exceção do FGTS;

10 - Poderão ser contratados seguros para a cobertura da dívida em caso de morte, desemprego involuntário ou redução da renda do contratante. Este seguro poderá ser contratado com a mesma instituição concedente do empréstimo, ou com outra.

A medida estava sendo discutida há mais de dois meses entre o governo, as centrais sindicais e os bancos. É previsto o desconto das taxas bancárias, seguro e o pagamento do empréstimo em caso de redução salarial, demissão, doença e até caso em caso de morte. Coincidentemente, há algum tempo que eram constantes as declarações públicas do pelego-mor da CUT, Luiz Marinho, defendendo o desconto em folha como meio de facilitar o acesso e baratear o crédito bancário para os trabalhadores. O mote do ataque ao salário do trabalhador que tiver a infelicidade de ser obrigado a recorrer a empréstimo bancário é “criar condições para que os empregados consigam crédito com taxas de juros menores que as atualmente em vigor”. O presidente-pelego da CUT, Luiz Marinho, disse acreditar que o empréstimo poderá ser usado para que os trabalhadores quitem dívidas antigas, em que são cobrados juros mais altos. "O trabalhador está endividado e as taxas de juros cobradas pelo mercado são muito altas, então esse empréstimo, com juros mais baixos, vai melhorar a situação do trabalhador", disse. No caso de o trabalhador ser demitido, Marinho afirma que há possibilidade de ser utilizado o valor da rescisão para o pagamento do empréstimo e, para tentar escamotear o seu descaramento, lança a falácia que a decisão deverá ser do trabalhador.

Mas basta observar os mecanismos que estão sendo estruturados para estender o “crédito” aos 19 milhões de aposentados do país, para entender que a real intenção é assegurar todas as garantias para os bancos. Segundo o próprio presidente Luiz Inácio, para que a medida seja estendida aos aposentados, é necessário fazer uma avaliação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para identificar se o órgão terá as mesmas condições de controle que as empresas do setor privado têm sobre a folha de pagamentos. “Vamos fazer isso para os aposentados”, disse. “É só acertar como”.

É muito descaramento! E os pelegos comemoram empréstimo bancário cobrado direto nos holerites. Segundo o pelego Luiz Marinho (CUT) tal medida “permite a retomada do crescimento econômico, devido a redução dos juros contribuir para o reaquecimento da economia”. “A medida é fruto da nossa luta”, ressalta o presidente do sindicato dos metalúrgicos de Guarulhos, sr. José Pereira dos Santos, que revela que esse tipo de convênio sempre foi proposto pelos bancos, mas a inexistência de uma base legal o tornava impraticável. “As empresas temiam esse tipo de parceria, por ser ilegal, e não permitiam. Com a medida provisória, o entrave foi removido”, conclui. Agora é dada até a permissão das empresas proporem empréstimos aos trabalhadores, o que abre a possibilidade dos patrões articularem a troca de reajustes salariais por empréstimos descontados na folha de pagamento, com aval dos sindicalistas pelegos.

Outro ex-dirigente da CUT e atual ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, classificou o programa de empréstimo com desconto em folha de pagamento de “uma verdadeira revolução no sistema de crédito do País” e disse que a medida para os aposentados e pensionistas só não entrou em vigor imediatamente porque a regulamentação é complicada. Ao contrário de aumentar o valor das miseráveis aposentadorias recebidas pela maioria do povo, o governo joga os aposentados no indigência. Não é à toa que essas declarações do ministro foram feitas durante solenidade de lançamento do Fundo de Pensão da Força Sindical, o ForçaPrev, em Brasília, dia 18 de setembro; onde afirmou que os fundos de pensão também constituem uma alternativa de crédito para os trabalhadores. Sintomaticamente a Força fez um acordo com o Banco Santander para explorar o filão dos empréstimos com desconto em folhas de pagamento. A formação dos fundos de pensão pelas centrais sindicais pelegas e os convênios com os bancos fazem parte da estratégia montada pelo governo de desmontar a Previdência pública e domesticar totalmente o movimento sindical, tudo isso também seguindo rigorosamente a cartilha do Banco Mundial; diga-se de passagem com a ardilosa articulação da CIOSL (central sindical do imperialismo) da qual a

Força Sindical e a CUT são filiadas (o secretário-geral adjunto da CIOSL é o fundador e membro da executiva da CUT, Jose Olivio Miranda Oliveira; que está avançando as negociações para a unificação dessas centrais sindicais pelegas).

Em meio ao maior desemprego e arrocho salarial da história do país, o governo coloca os trabalhadores como reféns do capital financeiro e para intensificar esse controle ainda promete criar, a partir de 2004, “o cartão de crédito do pobre”. Com o “Fome Zero” completamente à deriva, o sr. Luiz Inácio realça sua condição de gerente de turno do Estado burguês-latifundiário, serviçal do imperialismo, e em mais uma demonstração que prioriza os interesses do capital financeiro, instituiu o “INADIMPLÊNCIA ZERO”, com a entrega de bandeja dos salários dos trabalhadores para a sanha dos banqueiros.